

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO BCPREVI

Datas: 21 de julho de 2025

Horários: Início às 14h

Local: Sede do BCPREVI

A reunião iniciou com a presença de todos os membros do Conselho Fiscal, constituindo quórum suficiente para deliberação Nelson, Pedro e Michele. Iniciou-se a análise das despesas e receitas de Janeiro a Abril de 2025, das movimentações financeiras referentes aos meses iniciais do exercício de 2025, com destaque para Janeiro: Total de despesas empenhadas de aproximadamente R\$ 15 milhões, sendo cerca de R\$ 10,9 milhões relativos à folha de pagamento e encargos, e o restante distribuído entre locação de imóveis, serviços de tecnologia, limpeza, energia elétrica e contratos administrativos. As receitas de janeiro totalizaram aproximadamente R\$ 18 milhões, com previsões de aporte anual de R\$ 297 milhões, incluindo remuneração, patronal e repasses de servidores. Nas Receitas: Observou-se regularidade nos repasses da Prefeitura e autarquias (EMASA e Câmara Municipal). Os parcelamentos e aportes vêm sendo reconhecidos mensalmente, com atualização dos valores conforme cálculos atuariais. As despesas correntes: Permanecem dentro da normalidade, com a maior parte concentrada em folha de pagamento, encargos sociais e despesas administrativas ordinárias. Os empenhos de custeio e manutenção seguem padrões dos exercícios anteriores. O Conselho discutiu detalhadamente a aplicação e controle da taxa de administração, destacando a necessidade de verificar junto à contabilidade (Fernando) como é feito o cálculo mensal e controle da utilização da taxa; Tratou-se da importância de mensurar o percentual utilizado ao longo do ano e o

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI



saldo remanescente destinado à conta de investimentos; Identificou-se o saldo de janeiro da conta de taxa de administração era de aproximadamente R\$ 284 mil, além de aplicações que totalizavam cerca de R\$ 5 milhões. O Conselho observou que a renda fixa mantém estabilidade, enquanto a renda variável apresentou desempenho negativo, reduzindo os rendimentos em relação à meta atuarial. Foi destacado que o aumento do ativo do BCPREVI decorre principalmente dos repasses patronais e contribuições, e não do retorno dos investimentos. Ainda assim, o Instituto mantém superávit financeiro, com saldo positivo entre receitas e despesas mensais. Sobre o Imposto de Renda – Retenção e destinação discutiu-se a situação do recolhimento do Imposto de Renda sobre as receitas do Instituto, esclarecendo que existe proposta em andamento para que o IR retido no BCPREVI permaneça no próprio Instituto, deixando de ser repassado à Prefeitura;

e que essa medida já foi considerada no cálculo atuarial do exercício, contribuindo para o resultado positivo do período, por fim Pedro irá verificar com o contador a forma de operacionalização e contabilização dessa retenção e como esta sendo considerado percentual do valor da taxa administrativa e como ela é controlada, Pedro questiona também sobre a conta da taxa estar no banco Itaú por ser um banco privado, irá verificar com o contador essa questão e por fim sobre como é feito o aporte da Câmara e da Emasa se acontecem somente no mês de janeiro. Sobre os restos a pagar e empenhos discutiu-se o controle principalmente os empenhos referentes a rescisões de servidores falecidos ou afastados. Ficou registrado que tais valores permanecem empenhados mas não liquidados, até eventual solicitação judicial ou administrativa. O Conselho reforçou a importância de manter reserva orçamentária para essas obrigações, Pedro irá solicitar relatório de valores em restos a pagar para verificação do que existe de valores abertos e não liquidados do BPPREVI. Considerações sobre contratos de locação, limpeza, suporte técnico e assessorias, com atenção aos aditivos e repactuações de valores motivadas por reajustes salariais ou alterações contratuais. Os conselheiros ressaltaram a necessidade de que todas as despesas estejam devidamente vinculadas à fonte de recursos (taxa de administração) e acompanhadas de relatórios específicos. Após

